

A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO ISO 14001 NAS EMPRESAS: GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL

RESUMO

A globalização dos problemas ambientais é um fato incontestável e as empresas estão desde a sua origem no centro desse processo e qualquer solução efetiva para os problemas envolve essas empresas. Dentro desse contexto foram criadas normas de proteção ambientais, em especial a ISO 14000, que tem como função estabelecer um mecanismo mundial de uniformização das metodologias para implantação de sistema de gestão ambiental visando o aperfeiçoamento das relações das empresas com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE

Meio Ambiente; Gestão Ambiental Empresarial; ISO 14000.

ABSTRACT

The globalization of the ambient problems is an undisputed fact and the companies are since its origin in the center of this process and any solution accomplishes for the problems involves these companies. Inside of this context ambient norms of protection, in special had been created ISO 14000, that it has as function to establish a world-wide mechanism of uniform of the methodologies for implantation of system of ambient management being aimed at the perfecting of the relations of the companies with the environment.

KEY WORDS

Environment; Enterprise Ambient management; ISO 14000.

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental é uma realidade que chegou definitivamente às empresas modernas. Deixou de ser um assunto de ambientalistas para se converter em SGA (Sistema de Gestão Ambiental), e não se trata de um tardio despertar de consciência ecológica dos empresários e gerentes, mas uma estratégia de negócio.

Com isso, a empresa ecológica estará se antecipando às auditorias ambientais públicas além de promover a redução de custos e riscos com a melhoria de processos e a racionalização de consumo de matérias-primas, diminuição do consumo de energia e água e redução de riscos de multas e responsabilização por danos ambientais.

O problema, de acordo com Berna (2006), é que os planos estratégicos e a política ambiental das empresas de grande porte acabam ficando mais na “cabeça” da alta administração, que não consegue passar o recado para os seus subordinados, e até mesmo na alta administração das companhias há quem não saiba traduzir a mensagem do Presidente. A solução para esse caso é investir em programas de conscientização e sensibilização dos funcionários para as políticas da empresa, especialmente a ambiental, já que consciência ambiental não se dá por portaria ou de cima para baixo, mas de dentro para fora.

Logo “a preocupação com o meio ambiente pode se transformar rapidamente em boas oportunidades para melhorar a competitividade das organizações. É essa mudança de mentalidade e uma nova visão estratégica da relação entre o setor produtivo e o meio ambiente que estão levando muitas empresas a adotar políticas e programas estruturados com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e contribuir para o desenvolvimento sustentável” .

Neste sentido não basta implantar uma boa Política Ambiental ou obter a ISO 14001, é preciso antes estimular e sensibilizar os funcionários, prestadores de serviços e fornecedores a desejarem “ecologizar” o trabalho, não por que a direção da empresa quer ou determinou, mas por que a adoção de princípios ambientais pode ser uma oportunidade para que os trabalhadores possam dar uma contribuição concreta, em seu próprio ambiente de trabalho. Mais que uma

exigência da direção, portanto, é uma oportunidade da qual trabalhadores poderão se orgulhar junto a sua família e à comunidade, ao se revelarem resultados positivos do trabalho ambiental desenvolvido na empresa.

No presente trabalho, parte-se da perspectiva da adoção do SGA, juntamente com a implementação da ISO1400 como forma de preservação ambiental estratégica.

2 GESTÃO AMBIENTAL

Num mercado globalizado, competitivo e de constante mudança e onde os consumidores estão cada vez mais exigentes, a empresa que se utiliza da prática de gestão ambiental pode atingir a sua grande vantagem competitiva pois, a gestão ambiental auxilia as organizações a aprofundar aos temas ambientais e integrar o cuidado ambiental de forma sistemática das suas operações.

Logo, podemos definir Gestão Ambiental como sendo uma estrutura organizacional “que possui atividade de planejamento, responsabilidades, prática, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.”

Dentre os principais princípios da empresa, em relação à questão ambiental, serão destacados alguns a seguir.

Prioridade organizacional – a empresa deve garantir que a gestão ambiental esta entre suas principais prioridades e que ela é o principal fator de ajuda para o desenvolvimento sustentado de forma equilibrada.

Gestão Integrada – integrar todas as políticas,praticas ambientais em sua cadeia de valor (este fato é possível e será mostrado posteriormente).

Processo de Melhoria – estar sempre buscando alternativas de melhoria para a área ambiental levando em conta o desenvolvimento inovativo tecnológico.

Educação Ambiental – esta sem duvida é o fato mais importante pois, não basta apenas implementar a gestão ambiental ,a preocupação com o meio ambiente é de suma importância educar, motivar e sociabilizar todos os colaboradores da organização para este fato, já que, espera-se que a educação parta para fora do ambiente de trabalho e que ela faça parte de seu grupo de valores.

Prioridade no Enfoque – ao escolher o processo ambiental e também inovativo é necessário manter o foco, deve-se fazer de planejamento e constantes feedback nas idéias que forem colocadas em praticas.

Produtos e Serviços – Desenvolver e fabricar produtos que não sejam agressivos ao meio ambiente.

Orientação ao Consumidor – orientar a sociedade sobre o correto uso de seus produtos e/ou serviços para que a gestão ambiental também funcione fora da organização .

Equipamentos e Operacionalização – verificar se a escolha das maquinas,equipamentos e operações estão produzindo algum mal ao meio ambiente. O ideal é que se faça intervenções constantes no processo no intuito de verificar o bom funcionamento das operações.

Pesquisa – a empresa pode conduzir projetos ou até apoiar universidades e/ou centros de pesquisa no intuito de verificar os impactos de todas as suas operações.

Enfoque Preventivo – modificar os processos em que ocorra algum impacto ambiental

Fornecedores e subcontratados – o ideal é que a organização também se preocupe com seus fornecedores, fornecendo conhecimentos necessários sobre os seus possíveis impactos ambientais, assim assegurará o possível melhoramento de suas atividades.

Planos de Emergência – desenvolver e manter planos de emergências nas áreas em que ocorrem potencialmente riscos de danos ambientais.

Transferência de Tecnologia – contribuir para a disseminação de práticas tecnológicas que tragam benefícios para o meio ambiente, em conjunto com os órgãos públicos e privados.

Contribuição ao Esforço Comum – contribuir para o desenvolvimento de treinamentos, cursos, palestras e iniciativas educacionais que atinjam toda a sociedade.

Transferência de Atitude – gerar uma transferência de informações, ou seja, comunicar e ajudar sempre que necessário à sociedade em geral sobre os possíveis impactos ambientais e formas de prevenção.

Atendimento e Divulgação – correspondem à verificação das práticas de gestão ambiental, pode ser realizada auditorias internas e externas, além da divulgação para a comunidade em geral sobre as formas das suas políticas ambientais.

É preciso nunca esquecer que a inovação, não é um termo técnico, é econômico e social. Seu critério é uma mudança no comportamento das pessoas como cidadãos, estudantes ou professores ou os profissionais de uma forma geral.

Estes princípios tornam-se mais claro na medida que aumentam as preocupações com a manutenção da qualidade do meio ambiente, bem como a proteção da saúde humana, organizações de todos os tamanhos vem crescentemente voltando suas atenções para os potenciais impactos de suas atividades, produtos e serviços. O desempenho ambiental de uma organização vem tendo importância cada vez maior para as partes interessadas, internas e externas. Alcançar um desempenho ambiental consistente requer comprometimento organizacional e uma abordagem sistemática ao aprimoramento contínuo (AMBIENTE BRASIL, 2006).

É preciso refletir sobre as interações-chaves entre meio ambiente, inovação e economia. O desenvolvimento sócio-econômico é caracterizado pelo contínuo processo de “destruição criativa”. Revoluções impulsionadas fundamentalmente pelo desenvolvimento de novos produtos, novos processos de produção ou transporte, novos mercados e novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria, num processo de mutação que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, constantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova.

A evolução econômica é pois, nessa visão, constantemente revolucionada pelas inovações. Inovação parece uma daquelas palavras mágicas, carentes de definição precisa e questão defendida por grupos sociais os mais diversos. De forma semelhante a outros conceitos importantes das Ciências Sociais, como globalização e desenvolvimento sustentável, é um termo extremamente polissêmico e consensual.

Risco ou inovação? Esse constitui um dilema essencial que recobre o debate em torno de meio ambiente e avanço tecnológico. Nessa seção, será problematizado o espaço de confluência desses dois elementos, aparentemente contraditórios. A instabilidade, o risco e a contingência são temas recorrentes no pensamento social contemporâneo. Os teóricos do risco apontam que o mundo atual precisa se preparar para lidar com as inconstâncias e instabilidades recorrentes oriundas da prática científica e tecnológica, e que somente mediante a vigilância e precaução constante é possível gerenciar os riscos da modernidade. Toda prática inovativa, assentada em resultados incertos e instáveis, representa potencialmente um risco para as instituições e relações sociais (PALADINI, 2004).

Nesse cenário, as questões ambientais passam a torna-se objeto de iniciativas de normalização e certificação no âmbito nacional e internacional. Dentre essas normas, destacam-se as que fornecem diretrizes para que as empresas adotem procedimentos que fomentem e controlem a adoção de práticas menos degradantes ao meio ambiente, algumas destas normas são certificáveis possibilitando à empresa demonstrar a terceiros – organismos financiadores, acionistas, companhias de seguro e clientes (pessoa física e jurídica) – o atendimento a suas diretrizes.

Essas normas de âmbito nacional e internacional visam à melhoria da gestão ambiental nas empresas, tendo como destaque a ISO 14000 – instrumento mundial de critérios ambientais na gestão de empresas – e suas séries.

3 A SÉRIE ISO 14000

A série ISO 14000 foi escrita pelo Comitê Técnico 207 (TC 207), criado pela Organização Internacional de Normalização – ISO. Onde define os elementos de um SGA (Sistema de Gestão Ambiental), a auditoria de um SGA, a avaliação do desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise de ciclo de vida. De acordo com o site Ambiente Brasil (2006), tem por objetivos fornecer assistência para as organizações na implementação ou no aprimoramento de um sistema de gestão ambiental (SGA). Ela é consistente com a meta de “Desenvolvimento sustentável” e é compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais.

Para a obtenção e manutenção do certificado ISO 14001 a organização tem que se submeter à auditoria periódica, realizada por uma empresa certificadora, credenciada e reconhecida tanto pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial), no caso do Brasil, quanto por outros organismos internacionais. Nesta auditoria são verificados os cumprimentos de requisitos como:

- ✓ Cumprimento da legislação ambiental;
- ✓ diagnóstico atualizado dos aspectos e impactos ambientais de suas atividades;
- ✓ procedimentos padrão e planos de ação para eliminar ou diminuir os impactos ambientais;
- ✓ pessoal devidamente treinado e qualificado;
- ✓ entre outros.

A norma tem como foco a melhoria contínua, onde a implantação do SGA ISO 14001 segue a metodologia PDCA (Plan, Do, Check, Act), que em português podemos traduzir por Planejar, Implementar, Verificar e Analisar criticamente. É observado que o Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 apóia-se num ciclo de melhoria contínua, que contém as cinco partes:

Política Ambiental, Planejamento, Implementação e operação, Verificação e ação corretiva e Análise crítica pela administração.

3.1 Política Ambiental

Segundo Reis (1996), uma política ambiental estabelece um senso geral de orientação e fixa os parâmetros de ação para uma organização. Determina o objetivo fundamental bem como o nível de desempenho ambiental exigido pela organização, contra o qual todas as ações subsequentes serão julgadas.

Tendo como base a avaliação ambiental inicial ou mesmo uma revisão que permita saber onde e em que estado a organização se encontra em relação às questões ambientais, chegou à hora da empresa definir claramente aonde ela quer chegar. Nesse sentido, a organização discute, define e fixa o seu comprometimento e a respectiva política ambiental (AMBIENTE BRASIL, 2006).

3.2 Planejamento

Segundo Harrington (2001), a organização deve estabelecer e manter um procedimento para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que possam por ela ser controlados e sobre os quais se presume que ela tenha influência, a fim de determinar aqueles que tenham ou possam ter impactos significativos sobre o meio ambiente. A organização deve assegurar que os aspectos relacionados a estes impactos significativos sejam considerados na definição de seus objetivos ambientais. A organização deve manter estas informações atualizadas.

Harrington (2001), diz também que os aspectos são geralmente categorizados de acordo com entradas e saídas, tanto controlados como não controlados, benéficos ou adversos. Por exemplo, alguns aspectos típicos: Uso de matéria-prima, uso de energia, emissões atmosféricas,

lançamento em corpos d'água, alterações no solo, resíduos sólidos, resíduo perigoso, ruído e odor.

A organização deve estabelecer e manter um procedimento para identificar e ter acesso à legislação e outros requisitos por ela apoiados, ou aplicáveis aos aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços (HARRINGTON, 2001).

Esse elemento apóia o compromisso político com a conformidade legal. Pretende assegurar que este compromisso é confirmado por um conhecimento profundo de todas as regulamentações aplicáveis, que este conhecimento e informações chegam às pessoas que deles precisam para realizar seus trabalhos, e que este conhecimento não é estático – que existe um procedimento para acompanhar as mudanças, manter-se atualizado, e antecipar novas regras (HARRINGTON, 2001).

Diferente de sua antecessora, a BS 7750, ISO 14001 não exige a criação e manutenção de um registro legal. O procedimento deve permitir identificação, acesso e comunicação de todas as informações necessárias no momento certo, mas esta informação não tem que estar num só lugar num mesmo momento. Essa flexibilidade facilita muito o uso de bases de dados reguladoras on-line e outros serviços reguladores de informações. De acordo com Harrington (2001), isso é útil principalmente para as organizações que têm muitas instalações e que utilizam redes locais, amplas ou a intranet. O treinamento sobre a significância dos requisitos e programas associados deve ser uma prioridade para a organização.

A razão pela qual a norma ISO não estabelece requisitos específicos de desempenho, mesmo sendo uma norma sujeita à auditoria, é que a ISO deve respeitar o direito à soberania nacional cultuado nos acordos da OMC. Segundo Harrington (2001), esse elemento também trata de outros requisitos voluntários ou negociados com os quais a organização se comprometeu, tais como códigos de indústrias e associações de prática ou princípios e quaisquer acordos da segunda ou terceira parte relativos às questões ambientais. Deve também haver um procedimento para identificar, manter e oferecer acesso a esses outros compromissos. Esse elemento também oferece

a base para usar a ISO 14001 como um sistema de gestão baseada na conformidade. Qualquer compensação reguladora baseada no SGA da ISO irá analisar esse elemento muito de perto.

Segundo Reis (1996), os objetivos deverão ser específicos e as metas, sempre que possível, deverão ser mensuráveis e, quando apropriado, considerar medidas preventivas.

A organização deve estabelecer e manter objetivos e metas ambientais documentados para cada nível e função pertinentes da organização. Ao estabelecer e analisar seus objetivos, a organização deve considerar os requisitos legais e outros requisitos; os aspectos ambientais significativos; as opções tecnológicas; os requisitos comerciais, operacionais e financeiros; e as opiniões das partes interessadas. Os objetivos e metas devem ser compatíveis com a política ambiental, incluindo o comprometimento com a prevenção de poluição (HARRINGTON, 2001).

A criação e o uso de um programa é um elemento essencial para a implantação bem-sucedida de um Sistema de Gestão Ambiental. O programa deverá descrever de que forma as metas da organização serão alcançadas, incluindo o cronograma e o pessoal responsável pela implantação da sua política ambiental. O programa deverá ser subdividido para abordar elementos específicos das operações da organização, devendo incluir uma revisão ambiental para as novas atividades (REIS, 1996).

3.3 Implementação e operação

Segundo Reis (1996), a implantação bem-sucedida de um SGA exige comprometimento de todos os empregados da organização. As responsabilidades ambientais, portanto, não devem se restringir à função ambiental, devendo também incluir outras áreas, tais como a gerência operacional e outras funções que não sejam especificamente ambientais.

O comprometimento deverá começar nos níveis gerenciais mais elevados da organização, que deverão estabelecer a política ambiental da empresa e garantir a implantação do SGA. Como parte deste comprometimento, a alta administração deverá designar seus representantes

específicos, com responsabilidade definida e autoridade para implantação do SGA. No caso de organizações grandes e complexas, poderá existir mais de um representante designado. Deverá também garantir o suprimento de recursos apropriados à implantação e manutenção do SGA. É também importante que as principais responsabilidades do SGA sejam comunicadas ao pessoal relevante. Em empresas pequenas e médias, estas responsabilidades podem ser assumidas por apenas um indivíduo (REIS, 1996).

A organização deve identificar as necessidades de treinamento. Ela deve determinar que todo o pessoal, cujas tarefas possam criar um impacto significativo sobre o meio ambiente, receba treinamento apropriado.

Segundo Harrington (2001), também deve estabelecer e manter procedimentos que façam com que seus funcionários ou membros, em cada nível e cargo pertinente, estejam conscientes sobre: a importância da conformidade com a política ambiental, procedimentos e requisitos dos sistemas de gestão ambiental; os impactos ambientais significativos, reais ou potenciais, de suas atividades e dos benefícios ao meio ambiente resultantes da melhoria de seu desempenho pessoal; suas funções e responsabilidades em atingir a conformidade com a política ambiental, procedimentos e requisitos do sistema de gestão ambiental, inclusive os requisitos de preparação e atendimento a emergências e as conseqüências potenciais da inobservância de procedimentos operacionais especificados.

O treinamento pretende assegurar tanto a conscientização das questões ambientais quanto à competência para realizar as tarefas necessárias para administrá-las. A norma requer que a organização tenha procedimentos em uso para identificar qual o treinamento necessário, para oferecê-lo e para avaliar e oferecer segurança para que todo o pessoal que executa tarefas que podem causar impactos ambientais significativos seja competente e tenha educação, treinamento e/ou experiência apropriados (HARRINGTON, 2001).

De acordo com MONTGOMERY (2004), as organizações deverão implantar um procedimento para receber, documentar e responder os pedidos de informações relevantes

solicitados pelas partes interessadas. Este procedimento poderá incluir um diálogo com partes interessadas e a consideração de suas principais preocupações.

Em algumas circunstâncias, as respostas às preocupações poderão incluir informações relevantes sobre os impactos ambientais associados às operações da organização (REIS, 1996). Estes procedimentos deverão também abordar as comunicações necessárias com as autoridades públicas com vistas ao planejamento de emergências e outras questões relevantes.

Segundo Harrington (2001), as comunicações são a vida do sistema, já que possuir um sistema operando é o que há de melhor para fazer funcionar, em conjunto, as várias partes de uma organização para estabelecer e atingir os objetivos comuns. A norma refere-se a dois tipos de comunicações: interna e externa. Internamente, os procedimentos de comunicação devem garantir que as pessoas que necessitam de informação para realizar seus trabalhos consigam esta informação quando precisarem dela. Isso implica muita comunicação de mão dupla – em outras palavras, não somente dizer às pessoas o que elas devem fazer, como fazer, e quando, mas também assegurar que os mecanismos de feedback estejam funcionando para que os responsáveis pela melhoria do desempenho do sistema tenham informações boas e confiáveis sobre seu funcionamento.

No que diz respeito à comunicação externa o SEBRAE (2004), diz que a organização deve decidir sobre seus aspectos ambientais significativos e documentar sua decisão. Se a decisão for por comunicar, a organização deve estabelecer método(s) para esta comunicação externa.

O nível de detalhe da documentação deverá ser suficiente para descrever os principais elementos do SGA e sua interação, fornecendo orientação para a obtenção de informações mais detalhadas sobre suas partes específicas (REIS, 1996).

A documentação do sistema de gestão ambiental, de acordo com o SEBRAE (2004), deve incluir: política, objetivos e metas ambientais; descrição dos principais elementos do sistema da gestão ambiental e suas interações e referências aos documentos relacionados; documentos e registros requeridos por esta norma; documentos e registros determinados pela organização como

sendo necessários para assegurar o planejamento, operação e controle eficazes dos processos que estejam relacionados aos seus aspectos ambientais significativos.

Harrington (2001), diz que a organização deve estabelecer e manter procedimentos para o controle de todos os documentos exigidos por esta Norma Internacional para assegurar que: possam ser localizados; sejam periodicamente analisados revisados quando necessário e aprovados, quanto a sua adequação, por pessoal autorizado; as versões atualizadas dos documentos pertinentes estejam disponíveis em todos os locais onde são executadas operações essenciais ao efetivo uso do sistema de gestão ambiental; documentos obsoletos sejam prontamente retirados de todos os pontos de emissão e uso ou, de outra forma, garantidos contra o uso não intencional; quaisquer documentos obsoletos retidos por motivos legais e/ou para preservação de conhecimento sejam adequadamente identificados.

Quando a organização possui procedimentos claros de controle de documentação, assegura o envio da informação certa para a pessoa certa no momento certo (HARRINGTON, 2001).

A organização deve identificar aquelas operações e atividades associadas aos aspectos ambientais significativos identificados de acordo com sua política, objetivos e metas. A organização deve planejar tais atividades, inclusive manutenção, de forma a assegurar que sejam executadas sob condições específicas por meio: do estabelecimento e manutenção de procedimentos documentados, para abranger situações onde sua ausência possa acarretar desvios em relação à política ambiental e aos objetivos e metas; de estipulação de critérios operacionais nos procedimentos; e do estabelecimento e manutenção de procedimentos relativos aos aspectos ambientais significativos identificáveis de bens e serviços utilizados pela organização, e da comunicação dos procedimentos e dos requisitos pertinentes a serem atendidos por fornecedores e contratantes (HARRINGTON, 2001).

Segundo Harrington (2001), a organização deve estabelecer e manter procedimentos para identificar o potencial para atender a acidentes e situações de emergência, bem como para prevenir e mitigar os impactos ambientais que possam estar associados a eles. O objetivo desse

elemento é o de assegurar que a organização tenha procedimentos estabelecidos para atender aos possíveis tipos de emergência que possam ocorrer.

Embora a ISO 14001 não prescreva o formato desses planos emergenciais, requer, no entanto, que incluam o seguinte: Identificação de acidentes potenciais; Procedimentos de atendimento; Procedimentos de mitigação; Procedimentos para corrigir e prevenir (HARRINGTON, 2001).

3.4 Verificação e ação corretiva

Qualquer ação corretiva ou preventiva adotada para eliminar as causas das não conformidades, reais ou potenciais, deve ser adequada à magnitude dos problemas e proporcional ao impacto ambiental verificado (HARRINGTON, 2001).

A organização deve implementar e registrar quaisquer mudanças nos procedimentos documentados, resultantes de ações corretivas e preventivas. Esse elemento da norma é crítico para o contínuo desenvolvimento de seu desempenho ambiental. A intenção é analisar por que deu errado e fazer alterações para que haja menos probabilidade de dar errado novamente (HARRINGTON, 2001).

Conforme Reis (1996), os procedimentos para a identificação, manutenção e disposição de registros deverão focar aqueles necessários à implementação e operação do SGA e ao registro da extensão em que os objetivos e metas planejados foram atingidos. Esses registros devem ser legíveis e identificáveis, permitindo rastrear a atividade, produto ou serviço envolvido. Também devem ser arquivados e mantidos de forma a permitir sua pronta recuperação, sendo protegidos contra avarias, deterioração ou perda. Devem incluir o seguinte: requisitos legais e regulamentares; permissões e aprovações em uso (com alterações); reclamações (e respostas a elas), entre outros (HARRINGTON, 2001).

As organizações devem estabelecer e manter um programa, ou programas, e procedimentos para auditorias periódicas do sistema de gestão ambiental a serem realizadas como dito por Harrington (2001), “de forma a: determinar se o sistema de gestão ambiental está em conformidade com as disposições planejadas para a gestão ambiental, inclusive os requisitos desta norma internacional e se foi devidamente implementado e mantido; fornecer à administração informações sobre os resultados das auditorias”.

A alta administração da organização, em intervalos por ela predeterminada, deve analisar criticamente o sistema de gestão da qualidade, para garantir sua conveniência, adequação e eficácia contínua. O processo de análise crítica deve assegurar que as informações necessárias possam ser coletadas, de modo que permita à administração proceder a esta avaliação. Essa análise crítica deve ser documentada (HARRINGTON, 2001). O objetivo desse elemento da norma é avaliar a eficácia atual do SGA organizacional e, mais importante, se no futuro o SGA vai permanecer adequado mesmo em face das alterações internas ou externas.

4 CONCLUSÃO

Após ter descrito todo o processo de um Sistema de Gestão Ambiental, que exerce uma enorme influência nas empresas para a melhoria contínua é possível observar que esse sistema é parte do sistema administrativo geral de uma empresa, incluindo a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, treinamentos, procedimentos, processos e recursos para a implementação e manutenção da gestão ambiental (COSTA, 2004). Onde também inclui aqueles aspectos de administração que planejam, desenvolvem, implementam, atinge, revisam, mantêm e melhoram a política ambiental, os objetivos e metas da empresa.

Os benefícios trazidos pela melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental são: O melhor gerenciamento das questões ambientais para mostrar o comprometimento com a proteção ambiental; Facilidade a obtenção de empréstimos internacional. Pode estar condicionado a implementação do SGA; Redução no valor do prêmio do seguro; Possibilitar transações comerciais com alguns clientes, especialmente na Europa e com o governo americano; Atenuação

perante tribunais em caso de demanda judicial, com demonstração de evidência ao comprometimento e esforços realizados; Facilitar a realização de acordos multilaterais entre países, onde apareça a necessidade de mostrar o comprometimento do governo com a proteção ambiental; Aumento da vantagem competitiva; Melhorar a adequação a legislação ambiental da organização; Facilita a prevenção da poluição e conservação dos recursos; Conquista de novos clientes e ou mercados; Reduz os custos operacionais; Permite o envolvimento e conscientização dos empregados, com o aumento da moral da equipe; Ganho de aumento da confiança dos clientes.

Em relação a estes benefícios, deve ser lembrado que não ocorrem de imediato, há necessidade de que sejam corretamente planejados e organizados todos os passos para a interiorização da variável ambiental na organização para que ela possa atingir, no menor prazo possível, o conceito de excelência ambiental, que lhe trará importante vantagem competitiva.

5 REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. Aspecto geral da ISO 14000. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/iso.html>>. Acesso em: 26 de Outubro de 2006 às 12:13.

_____. Sistema de gestão ambiental: Política Ambiental. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/sistema.html>>. Acesso em: 26 de Outubro de 2006 às 12:15.

BERNA, Vilmar S. D. Gestão ambiental: A administração com consciência ecológica. In: **Revista do meio ambiente**. Ano I nº 2, edição 002, set 2006.

COSTA, A. F. B.; *et al.* **Controle estatístico de qualidade**. São Paulo: Atlas, 2004. 334p.

HARRINGTON, H. J. **A implantação da ISO 14000: como atualizar o SGA com eficácia.** São Paulo: Atlas, 2001. 365p.

MONTGOMERY, D. C. **Introdução ao controle estatístico da qualidade.** 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. 513p.

OLIVEIRA, O. J. **Gestão da qualidade: tópicos avançados.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 243p.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004. 239p.

REIS, Maurício J. L. **ISO 14000 – gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade.** 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 200p.

SEBRAE. **A questão ambiental e as empresas.** Brasília: SEBRAE, 4ª edição, 2004. 129p. (Meio ambiente e a pequena empresa).